

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	12



Relatório da Administração

Mensagem da Administração

O IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A. faz parte do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica. O Grupo possui uma rede de hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, combinando oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A Cultura do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

1. Política de destinação de lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuição está de acordo com a Lei nº 6.404/76 (Sociedade por Ações) e com o estatuto social da Companhia.

2. Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade e no resultado do exercício

Capacidade Financeira

A Companhia finaliza o ano de 2025 com R\$ 471.950,17 mil em caixa (R\$ 3.216.639,57 milhões em 2024) localizado principalmente em Caixa e equivalentes de caixa.

Performance do resultado

Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 14.845.830,34 milhões em 2025 (R\$ 18.540.898,86 milhões em 2024), um aumento de 5,30% em comparação ao exercício anterior.

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 20.529.426,86 milhões em 2025 (R\$ 20.060.611,56 milhões em 2024), um aumento de 2,28% quando comparado ao exercício anterior.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 452.434,18 mil em 2025 (R\$ 607.751,56 mil em 2024), apresentando uma redução de 34,33% em comparação com o exercício anterior.

O resultado financeiro totalizou R\$ 14.338,94 mil em 2025 (R\$ 30.062,09 mil em 2024), apresentando uma redução de 109,65% em comparação com o exercício anterior.

O prejuízo líquido totalizou R\$ 6.269.570,67 milhões em 2025 em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 2.310.614,77 milhões em 2024.

3. Perspectivas e planos da Administração para os exercícios seguintes

Para 2026, a Companhia tem como objetivo refinar seus processos internos, com foco na continuidade de seu desenvolvimento tecnológico e administrativo. A Administração planeja implementar iniciativas que visem aprimorar a eficiência de custos, garantindo simultaneamente a manutenção da qualidade assistencial e a acessibilidade aos cidadãos brasileiros. Além disso, será priorizada a capacidade da equipe e adoção de inovações que contribuam para um atendimento mais eficaz e humanizado, alinhado às melhores práticas do setor de saúde. Essas ações visam fortalecer a posição da Companhia no mercado e promover um crescimento sustentável a longo prazo.

4. Resumo dos acordos de acionistas

Não há acordo de acionistas para a Companhia.

5. Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Companhia dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a seus fornecedores.

6. Emissão de debêntures

A Companhia não emitiu debêntures no exercício de 2025.

7. Investimentos da Companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício

A Companhia não possuiu investimentos em sociedades coligadas ou controladas.

8. Declaração de não ocorrência de operações suspeitas

Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11da Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Considerações finais

A Companhia, e o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2025 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais stakeholders e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Administração.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Diretores da

IMESA INSTITUTO DE MEDICINA ESPECIALIZADA ALFENAS S/A

Alfenas – MG.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **IMESA INSTITUTO DE MEDICINA ESPECIALIZADA ALFENAS S/A** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IMESA INSTITUTO DE MEDICINA ESPECIALIZADA ALFENAS S/A**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar

se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Fortaleza, 15 de maio de 2026.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
CRC-CE-000282/O-9

Rafael Miranda de Figueiredo
Contador CRC – CE – 20.880/O-7

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2025	2024
Ativo			
Circulante		4.476.111,52	6.876.984,34
Caixa e equivalentes de caixa		471.950,17	3.216.639,57
Contas a receber de clientes	5	2.655.540,30	2.172.050,55
Estoques	6	1.128.169,87	1.159.030,61
Créditos tributários e previdenciários	7	127.448,46	114.723,64
Outros ativos	8	93.002,72	214.539,97
Não circulante		7.126.825,57	7.166.443,70
Realizável a longo prazo		462.281,94	152.216,00
Impostos diferidos ativo	9	273.304,19	150.772,03
Outros ativos	8	188.977,75	1.443,97
Imobilizado	10	6.595.572,56	6.921.155,77
Intangível		68.971,07	93.071,93
Total do ativo		11.602.937,09	14.043.428,04
Passivo			
Circulante		2.271.674,13	2.137.430,80
Fornecedores	11	428.083,52	274.407,49
Salários a pagar	12	1.313.724,35	1.401.596,64
Tributos e encargos sociais a recolher	13	449.321,74	456.143,67
Arrendamentos		2.178,00	2.178,00
Outros passivos		78.366,52	3.105,00
Não circulante		569.560,38	374.723,99
Impostos diferidos passivos	9	387.597,55	367.412,22
Provisões para ações judiciais	14	175.886,36	-
Arrendamentos		4.775,67	6.360,97
Outros passivos		1.300,80	950,80
Patrimônio líquido	15	8.761.702,58	11.531.273,25
Capital social		41.500.000,00	39.500.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		1.500.000,00	-
Reserva de capital		242.025,85	242.025,85
Prejuízos acumulados		(34.480.323,27)	(28.210.752,60)
Total do passivo e do patrimônio líquido		11.602.937,09	14.043.428,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.
Demonstrações do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	31 de dezembro de	
		2025	2024
Receita operacional líquida	16	14.845.830,34	18.540.898,86
Custos dos serviços prestados	17	(20.529.426,86)	(20.060.611,56)
Resultado Bruto		(5.683.596,52)	(1.519.712,70)
Despesas administrativas	18	(452.434,18)	(607.751,56)
Constituição de perda para recuperabilidade sobre créditos		(222.483,11)	(105.356,77)
Outras receitas, líquidas		935,25	(40.859,20)
Resultado antes do resultado financeiro		(6.357.578,56)	(2.273.680,23)
Resultado financeiro, líquido		(14.338,94)	(30.062,09)
Receitas financeiras	19	13.257,67	8.246,05
Despesas financeiras	19	(27.596,61)	(38.308,14)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(6.371.917,50)	(2.303.742,32)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9	102.346,83	(6.872,45)
Prejuízo líquido do exercício		(6.269.570,67)	(2.310.614,77)

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.
Demonstrações do Resultado do Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expresso em reais)

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(6.269.570,67)	(2.310.614,77)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(6.269.570,67)	(2.310.614,77)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imesa – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.200.000,00	11.300.000,00	242.025,85	(25.900.137,83)	7.841.888,02
Aumento de capital	17.300.000,00	(11.300.000,00)	-	-	6.000.000,00
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(2.310.614,77)	(2.310.614,77)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	39.500.000,00	-	242.025,85	(28.210.752,60)	11.531.273,25
Aumento de capital	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capita	-	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(6.269.570,67)	(6.269.570,67)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	41.500.000,00	1.500.000,00	242.025,85	(34.480.323,27)	8.761.702,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.
Demonstrações de Fluxo de Caixa
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(6.269.570,67)	(2.310.614,77)
Depreciação e amortização	10 e 11	873.057,45	940.844,59
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	9	(102.346,83)	6.871,45
Provisão de perdas com créditos de liquidação duvidosa	5	200.117,21	129.095,29
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	5	151.461,19	105.356,77
Provisão de glosa sobre serviços médicos	5	478.202,64	309.664,54
Atualização monetária - provisão para ações judiciais	15	17.227,39	-
		(4.651.851,62)	(818.782,13)
Variação dos ativos e passivos operacionais		(1.069.464,40)	(2.793.418,44)
Contas a receber de clientes	5	(1.313.270,79)	(1.660.190,55)
Estoques	6	30.860,74	(773.164,03)
Créditos tributários e previdenciários	7	(12.724,82)	10.145,13
Outros ativos	8	(65.996,53)	172.288,53
Fornecedores	12	153.676,03	(215.444,28)
Salários a pagar	13	(87.872,29)	(14.357,80)
Provisões para ações judiciais	15	158.658,97	-
Tributos e encargos sociais a recolher	14	(6.821,93)	89.792,86
Passivo de arrendamento		(1.585,30)	(1.467,98)
Outros passivos		75.611,52	(401.020,32)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(5.721.316,02)	(3.612.200,57)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(44.371,85)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		(5.721.316,02)	(3.656.572,42)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(523.373,38)	(1.581.031,41)
Fluxo de caixa líquido (consumido) pelas atividades de investimento		(523.373,38)	(1.581.031,41)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	16	2.000.000,00	6.000.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		1.500.000,00	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		3.500.000,00	6.000.000,00
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.744.689,40)	762.396,17
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		3.216.639,57	2.454.243,40
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		471.950,17	3.216.639,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional

O IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A. (denominada “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil com sede no município de Alfenas, estado de Minas Gerais, na rua Adolfo Engel, no 19, bairro Loteamento Siqueira.

Companhia tem por objeto social a atividade de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento a urgências como única e principal atividade.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Acionista	Quantidade de ações	(%) Participação
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	41.452.750	99,89%
Não controladores	47.250	0,11%
	41.500.000	100,00%

2. Outros assuntos
2.1 Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Companhia promoveu um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia trabalha para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia incluem cobertura para eventos extremos.

O aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras da Companhia, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii)

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais)

Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

2.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Em relação à regulamentação infraconstitucional, a Lei Complementar nº 214, oriunda do PLP 68/2024, foi sancionada em 16 de janeiro de 2025. Esta lei institui a CBS, o IBS e o IS, definindo fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas para determinados setores, além de formalizar a criação do Comitê Gestor do IBS.

Recentemente, o segundo pilar da regulamentação (PLP nº 108/2024), que dispõe sobre a gestão e administração do IBS e o funcionamento do Comitê Gestor, foi aprovado pelo Congresso Nacional ao final de 2025 e sancionado em 13 de janeiro de 2026, convertido na Lei Complementar nº 227/2026.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos, a partir do início do período de transição, serão mensurados conforme a implementação gradativa das alíquotas e regulamentações acessórias. Consequentemente, não há efeitos de mensuração decorrentes da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade operacional. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 4.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 4.



IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 15 de maio de 2026.

3.2 Conversão de moeda estrangeira*Moeda funcional e moeda de apresentação*

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas e de forma contínua pela Administração, e as revisões são reconhecidas perspectivamente no resultado do período em que são identificadas e em períodos futuros, quando aplicável.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 05** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota explicativa nº 09** – Imposto de renda e contribuição social diferidos: realização e disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.
- **Nota explicativa nº 14** – Provisões para ações judiciais. A Companhia é parte em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no detalhamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas críticas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 05** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota explicativa nº 10** – Revisão de vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício.
- **Nota explicativa nº 09** – Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota explicativa nº 14** – Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

(iii) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais em que ocorreram as mudanças.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. Determinados ativos e passivos financeiros são mensurados a valor justo a cada data de reporte, sendo as respectivas variações reconhecidas no resultado do período, conforme aplicável.



IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros afins.

Para efeitos de demonstrações financeiras, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia.

4.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços hospitalares prestados a seus clientes no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "Impairment").

4.3 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio ponderado. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques usando-se o custo médio ponderado e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Companhia (órteses e próteses, materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.).

4.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.5 Imobilizado

Os itens que compõe o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A Companhia revisa o valor residual, a vida útil dos ativos e métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajudam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.6 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial. As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é registrado na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.



IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.7 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia avalia se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para o fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela companhia. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é arrendatária de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando: há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa; há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual; a Companhia altera sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão; há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor



IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais)

contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia não reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa, de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisões para ações judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.9 Reconhecimento de receitas e custos operacionais

Reconhecimento de receitas operacionais

As receitas com serviços prestados às operadoras de planos de saúde e pacientes particulares são reconhecidas pelo regime de competência.

Reconhecimento de custos operacionais

Os custos com serviços prestados são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

4.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;



IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.11 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade, passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou custo amortizado.

A Companhia reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis a aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado.

Após o reconhecimento inicial a Companhia avaliou as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros.

A Companhia avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, conseqüentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo.

4.12 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros



IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais)

originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

4.13 Perda de recuperabilidade sobre créditos

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos e da perda de recuperabilidade esperada. A perda de recuperabilidade esperada é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras.

4.15 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (*impairment*), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação.

4.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

5. Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Contas a receber de clientes	3.333.860,15	2.610.810,38
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(678.319,85)	(438.759,83)
	2.655.540,30	2.172.050,55

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	31 de dezembro de 2025		
	Saldo	Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
A vencer	2.775.330,53	-	2.775.330,53
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	120.935,88	(478.202,64)	(357.266,76)
De 31 a 90 dias	109.715,81	-	109.715,81
Acima de 90 dias	327.877,93	(200.117,21)	127.760,72
	3.333.860,15	(200.117,21)	2.655.540,30
	31 de dezembro de 2024		
	Saldo	Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
A vencer	241.778,87	-	241.778,87
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	183.389,69	(309.664,54)	(126.274,85)
De 31 a 90 dias	205.708,93	-	205.708,93
Acima de 90 dias	1.979.932,89	(129.095,29)	1.850.837,60
	2.610.810,38	(438.759,83)	2.172.050,55

A movimentação do contas a receber é como segue:

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	2.172.050,55	1.055.976,60
Receitas de assistência à saúde	16.220.217,10	20.096.067,29
Recebimentos	(15.345.765,14)	(18.669.829,18)
Provisão glosa esperada	(239.555,02)	(204.807,39)
Perda efetiva com créditos	(151.461,19)	(105.356,77)
Saldo no final do exercício	2.655.540,30	2.172.050,55

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

A movimentação da perda de recuperabilidade é como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo no início do exercício	(438.759,83)	(128.595,67)
Constituições	(1.466.173,06)	(26.952.511,44)
Reversões	1.226.613,04	26.642.347,28
Saldo no final do exercício	(678.319,85)	(438.759,83)

6. Estoques

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Material cirúrgico	407.568,54	543.978,63
Material de escritório	61.214,82	61.002,37
Medicamentos	464.948,99	353.760,67
Material de limpeza	93.588,75	153.872,39
Material de laboratório	373,95	167,43
Outros	131.221,02	50.317,29
Compensação	(30.746,20)	(4.068,17)
	1.128.169,87	1.159.030,61

7. Créditos Tributários e Previdenciários

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto de renda (i)	92.794,27	63.478,27
Contribuição social sobre o lucro	33.945,30	34.414,46
Imposto de renda retido na fonte	-	21.206,04
Créditos de PIS e COFINS	-	0,01
Crédito de ISS	708,99	(4.375,14)
	127.448,46	114.723,64

- (i) Refere-se aos pagamentos das estimativas de IRPJ e CSLL e créditos decorrente de saldos negativos (IRPJ e CSLL), devidamente habilitados na Receita Federal, através das respectivas obrigações acessórias e que são utilizados para compensação de tributos.

8. Outros ativos

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Partes relacionadas (i)	188.977,75	1.443,97
Adiantamento a funcionários	33.361,59	43.885,34
Outros	59.641,13	170.654,63
	281.980,47	215.983,94
Circulante	93.002,72	214.539,97
Não Circulante	188.977,75	1.443,97

- (i) Os saldos mantidos entre a Empresa e sua controladora, Notre Dame Intermédica Saúde S.A., configuram transações entre partes relacionadas, nos termos do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Tais saldos decorrem de obrigações assumidas no âmbito de combinação de negócio realizada pela controladora, relacionadas a passivos contingentes registrados pela Empresa. Conforme estabelecido no Termo de Fechamento e no Contrato de Compra e Venda, eventuais ressarcimentos a serem efetuados pelo antigo vendedor à Notre Dame Intermédica Saúde S.A. são posteriormente repassados à Empresa.

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais)

9. Imposto diferidos
a) Movimentação

	31 de dezembro de 2023	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2024	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2025
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:					
Provisão para perdas sobre crédito	43.722,53	105.455,81	149.178,34	81.450,41	230.628,75
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial					
arrendamentos CPC 6 (R2)	530,89	7,11	538,00	(32,10)	505,90
Outras adições	129.616,43	(128.560,74)	1.055,69	41.113,85	42.169,54
Impostos diferidos ativos	173.869,85	(23.098,78)	150.772,03	122.532,16	273.304,19
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:					
Depreciações e amortizações	(383.637,59)	16.225,37	(367.412,22)	(20.185,33)	(387.597,55)
Impostos diferidos passivos	(383.637,59)	16.225,37	(367.412,22)	(20.185,33)	(387.597,55)
Total do imposto diferido líquido	(209.767,74)	(6.872,45)	(216.640,19)	102.346,83	(114.293,36)

b) Expectativa de realização dos tributos diferidos

Abaixo são apresentados os prazos de expectativa para as realizações dos tributos diferidos líquidos da Companhia, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

2026	27.330,42
2027	27.330,42
2028	27.330,42
2029	27.330,42
2030	27.330,42
Acima de 5 anos	136.652,09
	273.304,19

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

c) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Prejuízo antes dos impostos	(6.371.917,50)	(2.303.742,32)
À alíquota fiscal de 34%	2.166.451,95	783.272,39
Despesas Indedutíveis	(27.479,17)	(18.282,60)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(2.036.625,95)	(771.862,25)
Crédito/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	102.346,83	(6.872,46)
Crédito/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social – diferidos	102.346,83	(6.872,45)
Alíquota efetiva	1,61%	-0,30%

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais)

10. Imobilizado

A movimentação do imobilizado durante o exercício de 2025 e 2024 está sumarizada da seguinte forma:

	Taxa média anual de depreciação	31 de dezembro de 2024	Adição	Transferência	Depreciações	31 de dezembro de 2025
Terrenos e imóveis	4,03%	213,00	-	-	-	213,00
Instalações	5,18%	1.937.732,79	800,00	805.811,41	(74.511,85)	2.669.832,35
Máquinas e equipamentos	9,72%	2.286.999,78	269.118,13	16.019,12	(401.724,51)	2.170.412,52
Móveis e utensílios	8,88%	161.301,20	117.820,69	(6.573,46)	(22.109,80)	250.438,63
Equipamentos de informática	19,19%	1.714.090,64	-	(1.115,19)	(349.119,55)	1.363.855,90
Imobilizações em andamento	-	814.106,24	135.634,56	(814.141,88)	-	135.598,92
Direito de uso	9,38%	6.712,12	-	-	(1.490,88)	5.221,24
		6.921.155,77	523.373,38	-	(848.956,59)	6.595.572,56

	Taxa média anual de depreciação	31 de dezembro de 2023	Adição	Transferência	Depreciações	31 de dezembro de 2024
Terrenos e imóveis	1,67%	213,00	-	-	-	213,00
Instalações	10,00%	967.721,33	392.937,08	609.055,52	(31.981,14)	1.937.732,79
Máquinas e equipamentos	3,57%	2.643.397,97	52.010,00	(14,00)	(408.394,19)	2.286.999,78
Móveis e utensílios	10,00%	119.514,25	55.691,34	14,00	(13.918,39)	161.301,20
Equipamentos de informática	6,67%	2.135.359,77	39.690,00	-	(460.959,13)	1.714.090,64
Imobilizações em andamento	-	382.458,77	1.040.702,99	(609.055,52)	-	814.106,24
Direito de uso	-	8.203,00	-	-	(1.490,88)	6.712,12
		6.256.868,09	1.581.031,41	-	(916.743,73)	6.921.155,77

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

11. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores totalizava R\$ 428.083,52 (R\$ 274.407,49 em 31 de dezembro de 2024), sendo constituído por duplicatas a pagar.

12. Salários a pagar

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Salários a pagar	445.078,17	453.229,66
Férias a pagar	833.788,20	867.940,35
Benefícios	25.786,45	80.426,63
Outras obrigações	9.071,53	-
	1.313.724,35	1.401.596,64

13. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Imposto sobre serviços (ISS)	47.111,14	55.579,47
Contribuição previdenciária	190.715,34	180.967,08
FGTS	65.956,85	64.434,03
PIS e COFINS	53.974,60	56.687,96
Impostos devidos a recolher	357.757,93	357.668,54
Imposto de renda - funcionários	64.528,38	73.307,87
Imposto de renda - terceiros	2.609,05	2.574,41
Contribuição previdenciária retida	14.178,19	12.887,08
Retenção PIS/COFINS/CSLL	10.248,19	9.705,77
Impostos retidos a recolher	91.563,81	98.475,13
	449.321,74	456.143,67

14. Provisão para ações judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis.

Para as contingências consideradas com provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei, são apresentados como segue:

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisões para ações judiciais totalizava R\$ 175.886,36 (R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a processos de natureza cível.

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

A movimentação das provisões para ações judiciais é como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Provisão	15.000,00	158.658,97	173.658,97
Pagamentos	(15.000,00)	-	(15.000,00)
Atualização monetária	-	17.227,39	17.227,39
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	175.886,36	175.886,36

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava outras ações de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Cíveis	-	187.461,28
Trabalhistas	708.586,24	140.921,55
	708.586,24	328.382,83

15. Patrimônio líquido
Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 41.500.000,00 (R\$ 39.500.000,00 em 31 de dezembro de 2024), totalmente subscrito e integralizado, representado por 41.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (39.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem nominal, em 31 de dezembro de 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a acionista Notre Dame Intermédica Saúde S.A., aprovou o aumento de capital de R\$ 2.000.000,00 mediante a subscrição e integralização de 2.000.000 novas ações ordinárias nominativas, estruturais e sem valor nominal.

Ato Societário	Qtde de ações	Valor da ação - R\$	Aumento de capital - R\$
Assembleia Geral Extraordinária – 15 de setembro de 2025	2.000.000	1,00	2.000.000,00
	2.000.000		2.000.000,00

16. Receita operacional líquida de serviços

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Prestação de serviços médico-hospitalar	16.083.330,52	20.096.067,29
(-) Glosa sobre serviços médico-hospitalar	(168.538,10)	(204.807,39)
Receitas de serviços prestados	15.914.792,42	19.891.259,90
(-) Tributos diretos de prestação de serviços médico-hospitalar	(1.068.962,08)	(1.350.361,04)
Receitas líquidas de serviços prestados	14.845.830,34	18.540.898,86

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)

17. Custos dos serviços prestados

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Pessoal	(10.855.171,22)	(10.905.378,93)
Materiais e medicamentos	(4.123.547,64)	(4.316.132,91)
Localização e funcionamento	(3.671.629,22)	(2.994.631,08)
Serviços de terceiros	(1.006.021,33)	(903.624,05)
Depreciações e amortizações	(871.566,57)	(939.353,71)
Depreciação direito de uso	(1.490,88)	(1.490,88)
	(20.529.426,86)	(20.060.611,56)

18. Despesas Administrativas

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Pessoal	-	(5.560,19)
Serviços de terceiros	(375.509,03)	(457.167,00)
Localização e funcionamento	(12.298,38)	(66.111,96)
Tributos	(52.993,72)	(65.073,81)
Provisão para contingências	-	(444,71)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(12.634,63)	(12.308,35)
Outras	1.001,58	(1.085,54)
	(452.434,18)	(607.751,56)

19. Resultado financeiro

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Receitas		
Receitas com aplicações financeiras ¹	1.194,16	7.263,57
Juros recebidos	12.063,51	3,98
Variação monetária ativa	-	976,86
Descontos obtidos	-	1,64
	13.257,67	8.246,05
Despesas		
Multas e juros	(9.815,41)	(8.764,28)
Tarifas bancárias	(16.678,00)	(26.652,92)
Descontos concedidos	(510,50)	(2.181,00)
Juros arrendamentos	(592,70)	(708,02)
Outras despesas	-	(1,92)
	(27.596,61)	(38.308,14)
Resultado financeiro líquido	(14.338,94)	(30.062,09)

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

20. Partes relacionadas

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Ativo		
Contas a receber de clientes	389.543,69	919.656,70
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	475,29	5.006,30
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	389.068,40	914.650,40
Outros ativos	188.977,75	15.102,95
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	186.033,78	-
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	677,97	-
Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	2,00	2,00
Hospital Varginha S.A.	14,00	14,00
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	1.500,00	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	750,00	15.086,95
	578.521,44	934.759,65
Passivo		
Outros passivos circulantes	5.306,94	-
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	5.306,94	-
Outros passivos não circulantes	1.300,80	950,80
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	350,00	-
Hospital Varginha S.A.	950,80	950,80
	6.607,74	950,80
Receita		
Receita operacional líquida	11.985.739,72	15.361.675,24
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	49.498,01	36.904,10
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	11.825.139,02	15.244.164,25
Hapvida Assistência Médica S.A.	111.102,69	80.606,89
	11.985.739,72	15.361.675,24
Custos/Despesas		
Custos dos serviços prestados	(770.455,69)	(728.466,39)
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	-	(1.913,70)
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	(698.490,18)	(687.664,16)
Hapvida Assistência Médica S.A.	(71.965,51)	(38.888,53)
	(770.455,69)	(728.466,39)

21. Cobertura de seguro

A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros que considera, principalmente a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

22. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

(i) Risco de mercado

A Companhia possui uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)

A política de investimentos possui as seguintes premissas:

- limitar a exposição a riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às aplicações financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Companhia;
- manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa;
- não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de hedge para passivos financeiros ou operacionais;
- investir em fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de:
 - a) títulos públicos federais;
 - b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira;

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

O risco de mercado também contempla o acompanhamento pela Companhia do risco de taxa de juros de forma tempestiva, sendo monitoradas eventuais oscilações e, quando aplicável, avaliadas contraprestações de instrumentos de proteção.

(ii) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas a cada risco avaliado.

Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos profissionais que atuam na operação dá uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24 horas que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades da Companhia. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da Administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.



IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detinha saldo de R\$ 471.950,17 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.216.639,57 em 31 de dezembro de 2024), composto majoritariamente por saldos em caixa e bancos. Os saldos são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch, além de possuírem conversibilidade imediata em caixa e estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

* * *

Fernando Miguel Augusto
Diretor de Contabilidade
CRC SP 319932/O-0

Emanuel Oliveira Jorge de Lima
Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas
Gerente de Demonstrações Financeiras

